

Análise de sustentabilidade

Questionar e integrar antecipadamente os desafios de desenvolvimento sustentável nos projetos



PDF interativo, clique nos ícones ou títulos para acessar os detalhes das dimensões.
Versão 2023 1.2.

Matriz sintética da análise de sustentabilidade

- 1 A matriz sintética permite identificar o nível de impacto esperado para cada uma das dimensões do projeto.
- 2 Consulte as tabelas de análise por dimensão para examinar os subcritérios e, assim, enriquecer a análise de impacto.
- 3 Se dois ou mais subcritérios forem relevantes, o impacto predominante será selecionado, dependendo do contexto.
- 4 Se o projeto apresentar efeitos positivos e negativos na mesma dimensão (efeitos diferenciados em populações, territórios, recursos), pode ser aplicada uma dupla classificação (-1,+1).
- 5 Os níveis 1 a 3 são progressivos e cumulativos: o nível superior só pode ser alcançado se as condições do nível inferior forem atendidas.

PILARES		DIMENSÕES		- 2	- 1	0	+ 1	+ 2	+ 3
PLANETA		BIODIVERSIDADE Preservação da biodiversidade, gestão ambiental e recursos naturais	O projeto degrada a biodiversidade e os recursos naturais de forma significativa e a longo prazo: é provável que altere significativamente habitats críticos ou converta/deteriore habitats naturais sem medidas compensatórias	O projeto tem impactos residuais na biodiversidade e nos recursos naturais: - degrada habitats modificados na ausência de medidas de mitigação; - OU degrada habitats naturais apesar da definição de medidas de mitigação; - OU incita práticas prejudiciais à biodiversidade	O projeto não tem impacto negativo na biodiversidade e nos recursos naturais e não identifica oportunidades para valorizar ou melhorar o estado da biodiversidade ou dos recursos naturais	Foi conduzido um diálogo com a gestão do projeto sobre os desafios de preservação da biodiversidade e/ou gestão sustentável dos recursos naturais E/OU o projeto tem impactos positivos não intencionais e não demonstrados na biodiversidade ou nos recursos naturais	O objetivo secundário do projeto é contribuir para a preservação da biodiversidade ou para a gestão sustentável dos recursos naturais	O objetivo do projeto é melhorar estruturalmente o estado da biodiversidade e/ou garantir a qualidade ecológica e a sustentabilidade dos recursos naturais	
		REDUÇÃO DE CARBONO Transição para uma trajetória de baixo carbono	O projeto envolve um efeito lock-in de longo prazo que coloca em risco a relevância do uso de soluções com menos carbono em seu setor ou a implementação de uma trajetória de baixo carbono	O projeto não é consistente com os objetivos das políticas climáticas do país ou com os desafios identificados no âmbito da análise de sua trajetória de baixo carbono	Após análise, o projeto não tem efeito sobre as alavancas de mudança, mas permanece consistente com uma trajetória de baixo carbono	O projeto está alinhado com os desafios climáticos do país e contribui para uma trajetória de baixo carbono por meio de sua ação em, pelo menos, uma das seguintes alavancas: (i) medidas técnicas; (ii) envolvimento de atores financeiros e privados; (iii) efeitos sobre políticas públicas	O projeto contribui significativamente para uma trajetória de baixo carbono por meio de sua ação em, pelo menos, duas das seguintes alavancas: (i) medidas técnicas; (ii) envolvimento de atores financeiros e privados; (iii) efeitos sobre políticas públicas	O projeto contribui de forma estruturante para uma trajetória de baixo carbono do país por meio de sua ação em todas as alavancas de mudança: (i) medidas técnicas; (ii) mobilização de atores financeiros e privados; (iii) efeitos sobre políticas públicas	
		RESILIÊNCIA Resiliência à mudança climática	O projeto não é coerente com as metas de adaptação das políticas públicas e trava permanentemente o país em uma trajetória de desenvolvimento não resiliente às mudanças climáticas	Existem duas possibilidades: 1) O projeto não é coerente com os objetivos de adaptação das políticas públicas E pode aumentar significativamente os riscos climáticos da zona; OU 2) o projeto está exposto a riscos climáticos significativos ou o ator responsável pelo projeto está exposto a riscos físicos, sem que medidas de adaptação tenham sido tomadas para lidar com eles	O projeto e seus impactos no setor/sistema/território não estão expostos a riscos climáticos significativos, mas permanecem coerentes com os objetivos de adaptação das políticas públicas nacionais (estratégias setoriais, esquemas de planejamento...)	O projeto (ou o ator responsável pelo projeto) está adaptado: leva em consideração, em sua concepção e implementação (ou em seus procedimentos), os riscos climáticos identificados na área de intervenção do projeto, ("adaptação do projeto"), em conexão com as políticas ou desafios nacionais de adaptação	O projeto (ou o ator responsável pelo projeto) está adaptado: - leva em consideração, em sua concepção e implementação (ou em seus procedimentos), os riscos climáticos, em relação às prioridades de adaptação das políticas públicas; - E tem efeitos na adaptação de áreas/setores e/ou territórios a modos de desenvolvimento mais resilientes às mudanças climáticas ("adaptação por projeto") - OU permite ações de reforço de capacidade para reduzir riscos climáticos significativos no projeto/setor	O projeto tem um efeito estruturante sobre a resiliência climática da trajetória de desenvolvimento do país, em conexão com as prioridades de adaptação das políticas públicas, atuando as três alavancas abaixo: (i) está adaptado; (ii) reduz os riscos climáticos nas áreas/setores e territórios ou prevê ações de reforço de capacidade que reduzam os riscos climáticos; (iii) é transformador ou incorpora a incerteza	
HUMANO		SOCIAL Vínculo social: redução das desigualdades e inclusão	O projeto agrava as desigualdades e os fenômenos de exclusão ou discriminação em relação a um ou mais grupos	O projeto apresenta um risco não controlado de deterioração das condições de vida, acesso a serviços essenciais, oportunidades ou renda	O projeto não tem um efeito significativo no vínculo social (redução de desigualdades e inclusão)	O projeto melhora as condições de vida por meio de ações sobre o acesso a bens e serviços essenciais, oportunidades ou rendimentos, e foi objeto de um diálogo com a contraparte sobre a integração de populações desfavorecidas entre os beneficiários	Um dos efeitos esperados do projeto é contribuir para a redução das desigualdades multidimensionais e reforçar a inclusão (objetivo secundário)	A redução das desigualdades multidimensionais (foco em 40% das rendas mais baixas, em particular) e o reforço da inclusão são os principais objetivos do projeto (objetivo principal)	
		GÊNERO Igualdade entre homens e mulheres	O projeto apresenta um risco significativo de agravamento da desigualdade entre mulheres e homens	O projeto apresenta uma oportunidade de redução das desigualdades entre mulheres e homens, sem que tenha sido iniciado um diálogo ou medidas que resultem na manutenção das desigualdades	Após análise e diálogo, o projeto não apresenta efeito significativo em matéria de igualdade entre mulheres e homens	As necessidades e os interesses das mulheres e dos homens foram analisados e discutidos com a contraparte, resultando, se possível, em medidas pontuais	O objetivo secundário do projeto é contribuir para o fortalecimento das mulheres e reduzir as desigualdades entre mulheres e homens	O principal objetivo do projeto é contribuir para o fortalecimento das mulheres e a redução estrutural das desigualdades entre mulheres e homens	
ECONOMIA E GOVERNANÇA		ECONOMIA Economia sustentável e resiliente, pensada com as pessoas e para o planeta	O projeto pode causar enfraquecimento da economia, promovendo um modelo de crescimento não sustentável e não resiliente	O projeto pode fragilizar a empresa/ entidade responsável pelo projeto OU promover a manutenção de modos de produção e consumo não sustentáveis	O projeto não tem impacto na sustentabilidade e/ou resiliência da economia	O projeto contribui para melhorar o desempenho social e/ou ambiental do modelo econômico (competitividade, criação de empregos dignos, eficiência no uso dos recursos)	O projeto contribui significativamente para uma transição para uma economia mais sustentável e resiliente, capaz de responder aos desafios futuros (demografia, esgotamento de recursos, clima etc.)	O projeto introduz mudanças estruturais nas trajetórias econômicas para garantir o desenvolvimento humano dentro dos limites ecológicos	
		GOVERNANÇA Sustentabilidade dos efeitos do projeto e estrutura de governança	O projeto não está em conformidade com o ambiente institucional (estrutura legislativa, normativa) OU está em contradição com um dos subcritérios de governança levados pela AFD OU A montagem do projeto não leva em conta o papel de regulador do Estado	As fraquezas da gestão do projeto não foram suficientemente tratadas no âmbito do projeto, colocando em risco a sua sustentabilidade OU, apesar das medidas previstas, a análise do contexto não permite assegurar a sustentabilidade do projeto	Após análise, a sustentabilidade dos efeitos do projeto não pode ser determinada: - nenhum efeito na estrutura de governança - ausência de dispositivo de monitoramento-avaliação, custos recorrentes, estratégia de saída	A sustentabilidade do impacto do projeto é levada em consideração na criação do projeto (recursos humanos, financiamento da gestão do projeto, ferramentas de monitoramento e avaliação, assistência técnica) e as partes interessadas são especificadas (órgãos de direção, comitê de monitoramento).	O projeto prevê efeitos duradouros no quadro institucional através dos modos de elaboração da decisão (consulta e participação), informação e transparência	O projeto prevê efeitos significativos em uma ou mais áreas estruturantes da governança (tributação, Estado de direito, direitos humanos, participação cidadã, governança dos bens comuns, etc.)	

BIODIVERSIDADE Dimensão PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, GESTÃO AMBIENTAL E RECURSOS NATURAIS



Escala de classificação geral

- 2	- 1	0	+ 1	+ 2	+ 3
<p>O projeto degrada a biodiversidade 1 e os recursos naturais 2 de forma significativa e a longo prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – pode afetar significativamente os habitats críticos 3; – OU converte/degrada habitats naturais 4 sem medidas compensatórias 	<p>O projeto tem impactos residuais 5 na biodiversidade e nos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Degrada habitats modificados 6 na ausência de medidas de mitigação; – OU degrada os habitats naturais apesar da definição de medidas de mitigação; – OU incentiva práticas prejudiciais à biodiversidade 	<p>O projeto não tem impacto negativo na biodiversidade e nos recursos naturais e não identifica oportunidades para valorizar ou melhorar o estado da biodiversidade ou dos recursos naturais</p>	<p>Foi conduzido um diálogo com a gestão do projeto sobre os desafios de preservação da biodiversidade e/ou gestão sustentável dos recursos naturais e/ou o projeto tem impactos positivos não intencionais e não demonstrados na biodiversidade ou nos recursos naturais</p>	<p>O objetivo secundário do projeto é contribuir para a preservação da biodiversidade ou para a gestão sustentável dos recursos naturais</p>	<p>O objetivo do projeto é melhorar estruturalmente o estado da biodiversidade e/ou garantir a qualidade ecológica e a sustentabilidade dos recursos naturais</p>

Subcritérios de classificação

<p>Integridade, funcionalidade e conectividade aos ecossistemas</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Destruição ou alteração significativa de habitats essenciais para a diversidade de espécies – Redução ou até mesmo eliminação dos chamados serviços de "regulação" 7 ou "apoio" (ciclo da água, regulação climática, sequestro de carbono, produtividade do solo etc.) 8; – Propagação de espécies exóticas invasivas que ameaçam as espécies nativas e a funcionalidade dos ecossistemas 	<p>Alteração de ecossistemas localizados em áreas antrópicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – redução do número de espécies, fragilização das populações animais e vegetais, redução da diversidade ecológica endêmica, fragmentação dos habitats e perda de conectividade entre as zonas de biodiversidade periféricas ou na área de influência do projeto; – introdução intencional de espécies exóticas invasoras que ameaçam espécies nativas 	<p>Em toda a área de influência do projeto, a integridade, a funcionalidade e a conectividade dos ecossistemas não são permanentemente alteradas e/ou afetadas pelas atividades do projeto</p>	<p>Melhoria localizada e pontual dos ecossistemas, não intencional e não comprovada:</p> <ul style="list-style-type: none"> – redução marginal da poluição em ambientes antrópicos; – Intervenção rápida por meios ecológicos em espécies exóticas invasoras recém-descobertas 	<p>Abordagens que contribuem de forma secundária para fortalecer a integridade, a funcionalidade e a conectividade dos ecossistemas 9:</p> <ul style="list-style-type: none"> – criação de sucessões ecológicas (ambientes urbanos e periurbanos, zonas agrícolas intensivas etc.); – restauração ecológica 10 de ecossistemas fortemente perturbados pelas atividades humanas (zonas úmidas, cursos d'água, florestas etc.); – ampliação-reconquista dos espaços de biodiversidade; – renaturação de ambientes degradados; – redução da poluição em ambientes degradados ou sensíveis; – gestão, por meios ecológicos, de espécies exóticas invasoras amplamente difundidas 	<p>Abordagens para melhorar a integridade, a funcionalidade e a conectividade dos ecossistemas de forma sustentável:</p> <ul style="list-style-type: none"> – proteção dos espaços naturais (redes de áreas protegidas, hotspots etc.); – reforço das continuidades ecológicas (ambientes urbanos e periurbanos, zonas agrícolas intensivas etc.); – ampliação-reconquista dos espaços de biodiversidade; – proteção ou reintrodução de espécies selvagens ameaçadas; – restauração ecológica à escala de uma bacia hidrográfica, de um maciço ou de uma entidade biogeográfica; – redução de uma fonte de poluição importante; – prevenção da introdução e propagação de espécies exóticas invasoras por meios ecológicos
<p>Uso sustentável dos recursos naturais</p>	<p>Exploração excessiva dos recursos naturais, comprometendo irreversivelmente sua capacidade de renovação</p>	<p>Degradação da qualidade ecológica e/ou exploração excessiva dos recursos naturais comprometendo sua disponibilidade e sustentabilidade no nível local</p>	<p>As alterações nos usos dos recursos naturais induzidas pelo projeto não afetam de forma sustentável a qualidade ecológica e a disponibilidade dos recursos naturais</p>	<p>Maior eficiência no uso de recursos naturais sem conexão demonstrável com o projeto</p>	<p>Abordagens que contribuem de forma secundária para melhorar a qualidade e a disponibilidade dos recursos naturais explorados:</p> <ul style="list-style-type: none"> – gestão integrada de recursos hídricos; – promoção de práticas agroecológicas ao nível da parcela e da exploração familiar; – práticas sustentáveis ao nível de uma cadeia de suprimentos; – valorização de espécies locais e endêmicas (agricultura, silvicultura, reforestamento etc.) 	<p>Abordagens para melhorar a sustentabilidade dos recursos naturais explorados (em quantidade ou qualidade):</p> <ul style="list-style-type: none"> – gestão integrada e sustentável dos recursos naturais ao nível de uma bacia hidrográfica, de um maciço, de um setor biogeográfico ou de um território; – compromisso sustentável de setores econômicos dependentes de recursos naturais (agricultura, silvicultura, pesca, indústrias) em práticas sustentáveis; – combate à degradação/artificialização do solo
<p>Inclusão das populações na gestão de meios e recursos naturais</p>	<p>Exclusão de populações do acesso à biodiversidade e aos recursos naturais</p>	<p>Aumento do risco de conflito sobre o acesso e uso da biodiversidade e dos recursos naturais</p>	<p>Ausência de envolvimento das populações em qualquer ação de conservação e uso sustentável da biodiversidade</p>	<p>Envolvimento, conforme necessário/oporuno, das populações afetadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Abordagens que permitam a participação contínua das populações nos sistemas de gestão, monitoramento ecológico, monitoramento e/ou controle previstos no âmbito do projeto; – Construção coordenada de regras de acesso e gerenciamento de recursos 	<p>Abordagens que visam o reconhecimento institucional e jurídico do papel das populações locais e comunidades indígenas na conservação e uso sustentável da biodiversidade (comuns, gestão comunitária, cogestão etc.)</p>
<p>Melhorar e compartilhar conhecimentos, dados e tecnologias relevantes sobre biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais</p>	<p>Deterioração das capacidades coletivas para melhorar o conhecimento científico e as tecnologias que previnem a extinção de espécies ou a degradação irreversível de meios</p>	<p>Deterioração das capacidades individuais de acesso a conhecimentos e tecnologias relevantes para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade</p>	<p>Sem impacto na melhoria e compartilhamento de conhecimentos científicos e tecnologias relevantes</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilização de informações científicas sobre o estado ecológico da área ou dos recursos naturais – Informação e conscientização sobre a biodiversidade 	<p>Abordagens que contribuem secundariamente para o aumento do conhecimento sobre a biodiversidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> – reforço das capacidades sobre a sustentabilidade dos usos e práticas, e sobre as melhores técnicas disponíveis e acessíveis; – apoio a programas de pesquisa e ação em gestão sustentável de recursos; – implementação de instrumentos de controle e monitoramento (coberturas florestais, espécies etc.) 	<p>Abordagens que visam a melhoria contínua do conhecimento científico sobre a biodiversidade do país (reforço dos sistemas de inventário, monitoramento e avaliação) e sua consideração nas decisões do setor (ferramentas de apoio à decisão)</p>
<p>Desenvolver ou consolidar uma estrutura política, regulatória e de governança favorável à biodiversidade</p>	<p>Regulamentações, incentivos econômicos e financiamento que promovem a destruição de ecossistemas e a exploração excessiva de recursos</p>	<p>Criação de incentivos econômicos, regulamentações prejudiciais à biodiversidade e aos recursos naturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Sem efeito na criação de padrões ou regulamentos – Sem efeito na mobilização de recursos financeiros para a preservação da biodiversidade ou gestão sustentável dos recursos naturais 	<p>Diálogo conduzido com a gestão do projeto sobre medidas regulamentares ou institucionais favoráveis à preservação da biodiversidade e à gestão sustentável dos recursos naturais, mas que não resultem em nenhuma ação específica no âmbito do projeto</p>	<p>Abordagens que contribuem de forma secundária para a implementação de medidas favoráveis à conservação da biodiversidade ou à gestão dos recursos naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> – criação de incentivos locais; – planos de gestão e regras de uso de recursos naturais; – reconhecimento dos direitos fundiários habituais na preservação da biodiversidade 	<p>Abordagens com a finalidade de implementar medidas regulamentares/institucionais ou mobilizar recursos financeiros em favor da biodiversidade de forma sustentável, em escala de área ou setor (normas voluntárias, políticas de segurança terrestre inclusivas e sustentáveis, integração da biodiversidade nas políticas setoriais, planejamento espacial integrado de territórios rurais e urbanos, implementação de mecanismos de financiamento sustentáveis/inovadores para a biodiversidade)</p>



DEFINIÇÕES DE BIODIVERSIDADE



Clique no número ou no termo para retornar à grade de biodiversidade



Retornar à grade sintética



Voltar ao diagrama

Termos

Definição

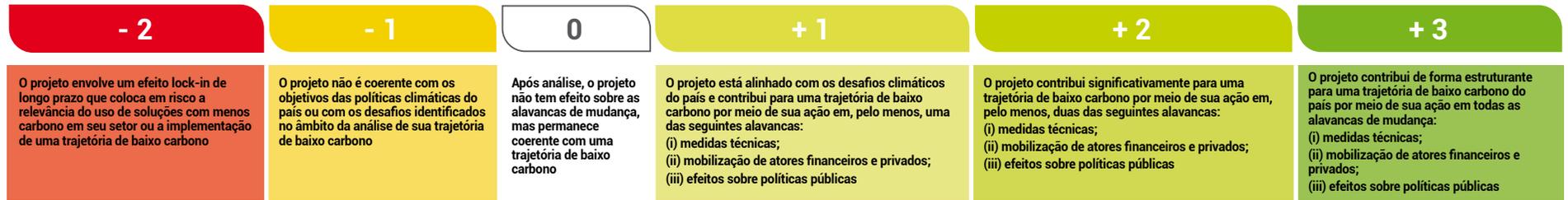
Fontes de informação

1	Biodiversidade Diversidade biológica	Variabilidade de organismos vivos de todas as origens, incluindo ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte. Isso inclui a diversidade dentro e entre espécies, bem como a diversidade dos ecossistemas. Integra a diversidade e as funcionalidades ecológicas (diversidade e funcionalidades da vida) e os recursos naturais de "apoio" (água, solo e subsolo, ar) e "vivos" (silvicultura, pesca, aquicultura, agricultura, pecuária).	https://www.cbd.int
2	Recursos naturais	Inclui recursos naturais de apoio (água, solo e subsolo, ar) e recursos vivos (silvicultura, pesca, aquicultura, agricultura, pecuária).	
3	Habitats críticos	Áreas com alto valor de biodiversidade, incluindo (i) habitats de importância crucial para espécies em risco crítico de extinção e/ou ameaçadas de extinção; (ii) áreas de grande importância para espécies endêmicas e/ou distribuição limitada; (iii) áreas de grande importância que abrigam concentrações internacionais significativas de espécies migratórias e/ou espécies únicas; (iv) ecossistemas em risco grave e/ou únicos e (v) áreas que estão associadas aos principais processos evolutivos.	<ul style="list-style-type: none">– Lista de exclusão do Grupo AFD– Lista vermelha de espécies ameaçadas de extinção (UICN): https://uicn.fr/liste-rouge-mondiale/– Lista vermelha de ecossistemas (UICN): https://www.iucn.org/theme/ecosystem-management/our-work/red-list-ecosystems
4	Habitats naturais	Conjuntos viáveis de espécies vegetais e/ou animais que são em grande parte nativos e/ou cujas funções ecológicas primárias e composições de espécies não foram fundamentalmente alteradas pela atividade humana. A conversão ou degradação significativa de um habitat natural é a eliminação ou diminuição significativa da integridade de um habitat causada por uma mudança significativa e/ou de longo prazo no uso da terra ou da água ou (ii) a modificação de um habitat que reduz significativamente sua capacidade de manter uma população viável.	Gallery (unep-wcmc.org)
5	Impacto residual	Impacto mensurável do projeto em um valor de biodiversidade (ou seja, deterioração do estado de conservação de espécies, habitats ou funções ecológicas), após a aplicação de medidas de prevenção e mitigação, mas antes da aplicação de medidas de restauração e compensação.	<ul style="list-style-type: none">– Lista de exclusão do Grupo AFD– Guia de compensação ecológica (em francês): https://www.ecologie.gouv.fr/sites/default/files/Approche_standardis%C3%A9e_dimensionnement_compensation_%C3%A9cologique.pdf
6	Habitats modificados	Áreas que abrigam uma grande proporção de espécies animais e/ou vegetais exóticas e/ou cuja atividade humana alterou significativamente as funções ecológicas primárias e a composição das espécies.	Gallery (unep-wcmc.org)
7	Serviços ecossistêmicos de regulamentação	Manutenção da qualidade do ar e do solo, controle de inundações e doenças, polinização de culturas etc.	
8	Serviços ecossistêmicos de suporte	Fornecer espaço para a vida de plantas e animais e preservar a diversidade de espécies vegetais e animais.	
9	Conectividade de ecossistemas	Conectividade é o movimento livre das espécies e o fluxo dos processos naturais que sustentam a vida na Terra. Portanto, ela também pode se referir a ecossistemas contínuos, muitas vezes conectados por corredores ecológicos. Há dois tipos de conectividade: estrutural (em que a continuidade entre os ecossistemas é identificada) e funcional (em que o movimento de espécies ou processos é verificado). A interrupção ou ausência de conectividade ecológica é causada por "fragmentação de origem humana".	
10	Restauração ecológica	Processo que ajuda a restaurar um ecossistema que foi degradado, danificado ou destruído.	

BAIXO CARBONO Dimensão TRANSIÇÃO PARA UMA TRAJETÓRIA DE BAIXO CARBONO



Escala de classificação geral



Critérios

Efeito

Alinhamento com os desafios do climáticos para redução de carbono	Projeto consistente com os objetivos da contribuição nacionalmente determinada (NDC), as políticas nacionais relacionadas, as estratégias de transição de longo prazo (LTS) e com os desafios identificados na análise da trajetória de desenvolvimento de baixo carbono do país (em particular, os desafios da AFOLU e dos setores de energia)	Neutro
	Projeto pouco coerente com os objetivos da NDC ou com os desafios identificados no âmbito da análise da trajetória de baixo carbono do país	Negativo

ALAVANCAS

Efeito

(i) Medidas técnicas/eficiência de carbono de longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> Projeto de mitigação com impacto substancial e sustentável nas emissões do país <ul style="list-style-type: none"> Projeto de energia renovável contribuindo significativamente para a transformação do mix energético do país Projeto de mobilidade elétrica em um país cujo mix está em uma trajetória de descarbonização (crescimento da porção de energias renováveis) Projeto de conservação e/ou restauração florestal, ou de florestamento com alto impacto de sequestro Projeto de mitigação com baixa contribuição de redução de emissões em todo o país, mas grande efeito de propagação <ul style="list-style-type: none"> Projetos pioneiros de mitigação em um setor com potencial de replicação - Projeto piloto de agroecologia Projeto de emissão que participa da introdução de uma tecnologia eficiente em termos de intensidade de carbono no contexto setorial nacional e relevante em relação a uma trajetória nacional de baixo carbono de longo prazo <ul style="list-style-type: none"> Edifício novo e eficiente (Greenfield), gás (para projetos de aquecimento) 	Positivo
	<p>Projeto que não envolve caráter estruturante de longo prazo. Projeto de baixas emissões e curto prazo de validade; projeto evoluindo para soluções com menos emissões de carbono</p>	Neutro
	<p>Projeto envolvendo um efeito estruturante de lock-in de longo prazo que compromete a pertinência do recurso necessário a soluções com menos carbono em seu setor ou a implementação de uma trajetória de baixo carbono, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> Projetos de alta emissão com impactos sustentáveis e substanciais nas emissões do país Projetos de grande escala (em termos de área) sem sistemas de monitoramento Infraestruturas de longo prazo que favorecem os setores mais emissores (por exemplo, infraestruturas de transporte de combustíveis fósseis que induzem vantagem estrutural física/econômica que descarta soluções de baixo carbono necessárias) 	Negativo
	<p>Projeto que contribui para a mobilização dos atores financeiros e privados para o financiamento de respostas aos desafios de desenvolvimento de baixo carbono do(s) país(es) de intervenção</p> <ul style="list-style-type: none"> Linha de crédito que permite apoiar ações nos setores que contribuem para um desenvolvimento com baixo teor de carbono ou permitir que os atores desenvolvam e implementem sua estratégia de transição energética (Instalações Pró-clima) Projeto que facilita a participação sustentável de outros atores financeiros, imediata ou a prazo (projeto pioneiro) Projeto que permite a mobilização de financiamentos públicos locais, ou do mercado local em apoio aos investimentos que promovem um desenvolvimento baixo em carbono, que não teriam participado sem a AFD Projeto que promove abordagens inovadoras e consistentes com a transição para baixo carbono nas empresas 	Positivo
(ii) Envolvimento de atores financeiros e privados	<p>Sem efeito em matéria de mobilização dos atores financeiros e privados para o financiamento de respostas aos desafios de desenvolvimento de baixo carbono do(s) país(es) de intervenção</p>	Neutro
	<p>(iii) Efeitos sobre políticas públicas</p> <p>Implementação, experimentação de instrumentos ou mecanismos econômicos, fiscais e orçamentários, voluntários, regulatórios, informativos, educacionais, de pesquisa e desenvolvimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Projeto que contribui para a implementação de decisões regulatórias ou estratégicas que promovem de forma sustentável o desenvolvimento com baixo teor de carbono <ul style="list-style-type: none"> Monitoramento ou implementação de decisões de políticas setoriais (energia elétrica, desenvolvimento agrícola, florestas, urbanização, resíduos, transportes, outros) que favoreçam um desenvolvimento com baixo teor de carbono Apoio à elaboração de planos estratégicos (estratégia de baixo carbono de longo prazo) Contribuição para a implementação de leis e regulamentos que facilitem de forma sustentável o desenvolvimento das energias renováveis (tarifas de alimentação, quadro regulamentar, metas de descarbonização do mix energético, políticas formalizadas). Implementação de medidas fiscais: tributação sustentável do carbono, incentivos fiscais para soluções sem carbono, eliminação de subsídios para combustíveis fósseis O projeto permite ou acompanha a implementação de normas de qualidade, certificações ou rótulos que ultrapassem as normas em vigor e consistentes com os desafios de uma trajetória de baixo carbono Projeto que produz efeitos no ambiente institucional <ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de instituições para promover políticas e/ou planos de investimento consistentes com o desenvolvimento de baixo carbono Melhoria da coleta de dados úteis para o desenvolvimento de estratégias de baixo carbono Melhoria das capacidades de planejamento, coordenação das partes interessadas para a implementação de projetos de baixo carbono em diferentes setores 	Positivo
	<p>Sem efeito estruturante e de longo prazo na política pública</p>	Neutro
(iii) Efeitos sobre políticas públicas	<p>Projeto promovido por um ator que se opõe à transição para baixo carbono em seu setor ou à implementação de uma trajetória de baixo carbono, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> Financiamento não alocado ❶ a favor de um ator energético não envolvido na transição energética ❷ Financiamento não alocado e não climático, a favor de uma instituição financeira altamente exposta aos principais setores de emissão ❸ 	Negativo

❶ Financiamento não alocado = financiamento de balanço (equity, dívida) cujos critérios que desencadeiam o(s) desembolso(s) não estão relacionados a um investimento específico, mas a um Plano de Negócios ou a uma matriz de compromissos.

❷ Nível 3 da categoria de atores energéticos, definida na revisão intermediária da Estratégia de Transição Energética;

❸ De acordo com a definição das categorias de Instituições Financeiras definida na metodologia de alinhamento das Instituições Financeiras ao Acordo de Paris (em fase de teste até o final de 2022).

RESILIÊNCIA Dimensão RESILIÊNCIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



Escala de classificação geral

Os níveis 1 a 3 são progressivos e cumulativos, o nível superior não pode ser alcançado se as condições do nível inferior não forem atendidas

- 2	- 1	0	+ 1	+ 2	+ 3
<p>O projeto não é coerente com as metas de adaptação das políticas públicas e trava permanentemente o país em uma trajetória de desenvolvimento não resiliente às mudanças climáticas</p>	<p>Existem duas possibilidades: 1) O projeto não é coerente com os objetivos de adaptação das políticas públicas E pode aumentar significativamente os riscos climáticos da área; OU 2) o projeto está exposto a riscos climáticos significativos ❶ ou o ator responsável pelo projeto está exposto a riscos físicos ❷, sem que medidas de adaptação tenham sido tomadas para lidar com eles</p>	<p>O projeto e seus impactos no setor/ sistema/território não estão expostos a riscos climáticos significativos ❶, mas permanecem consistentes com os objetivos de adaptação das políticas públicas nacionais (estratégias setoriais, esquemas de planejamento...)</p>	<p>O projeto (ou o ator responsável pelo projeto) está adaptado: leva em consideração, em sua concepção e implementação (ou em seus procedimentos), os riscos climáticos identificados na área de intervenção do projeto, em conexão com as políticas ou desafios nacionais de adaptação ("adaptação do projeto")</p>	<p>O projeto (ou o ator responsável pelo projeto) está adaptado: - considera na sua concepção e implementação (ou nos seus procedimentos) os riscos climáticos, em ligação com as prioridades de adaptação das políticas públicas; - E tem efeitos na adaptação de áreas/setores e/OU territórios a modos de desenvolvimento mais resilientes às mudanças climáticas ("adaptação por projeto") OU permite ações de reforço de capacidade para reduzir riscos climáticos significativos no projeto/setor</p>	<p>O projeto tem um efeito estruturante sobre a resiliência climática da trajetória de desenvolvimento do país, em conexão com as prioridades de adaptação das políticas públicas, ao ativar as três alavancas abaixo: (i) está adaptado; (ii) reduz os riscos climáticos nas áreas/setores e territórios ou prevê ações de reforço de capacidade que reduzam os riscos climáticos; (iii) é transformador ou incorpora incerteza</p>

O projeto está adaptado à mudança climática		
O projeto pode fornecer os impactos para os quais foi projetado, apesar dos riscos climáticos?		+ 1
O projeto permite a proteção e/ou melhoria da infraestrutura para resistir melhor à mudança e variabilidade climáticas?		
Para financiamentos não alocados ❸, o promotor do projeto tem procedimentos de gestão de riscos climáticos?		
O projeto tem efeitos atuais e futuros na adaptação do território e/ou setor/sistema em que opera	Desenvolvimento de capacidades	
O projeto está ajudando a aumentar a porcentagem da população que está ciente dos efeitos previstos das mudanças climáticas e das respostas mais adequadas?	+ 2	
O projeto aumentará o número de pessoas cobertas e familiarizadas com os sistemas de alerta precoce?		
O projeto permite reduzir o número de pessoas mortas, feridas e afetadas por eventos climáticos extremos?		
O projeto reduz o risco de desastres climáticos para bens e pessoas?		
O projeto mantém ou melhora os serviços ecossistêmicos e a gestão de recursos naturais em um contexto de mudança climática?		
O projeto aumenta a porcentagem da população com meios de subsistência mais resilientes ao clima?		
O projeto ajuda a proteger os principais setores econômicos dos impactos negativos das mudanças e da variabilidade climática? Isso permite que você aproveite as oportunidades?		
Efeito transformador do projeto e/ou setor/sistema em que atua	O projeto incorpora a incerteza	
O projeto orienta estruturalmente setores/territórios/sistemas para novas formas de desenvolvimento mais resilientes às mudanças climáticas. Qual é o potencial de replicabilidade e escalonamento do projeto?	+ 3	
<p>A adaptação do projeto e pelo projeto permanece operacional mesmo em cenários climáticos extremos. O projeto é capaz de gerar benefícios nos cenários extremos do IPCC? Em que medida as ações de informação e conscientização do projeto envolvem mudanças profundas e duradouras de modos de pensar e agir (mudanças comportamentais)? OU O projeto antecipou medidas corretivas em caso de mudanças climáticas para diferentes cenários climáticos. O projeto é facilmente modificável com base nas novas informações disponíveis (climáticas ou de monitoramento-avaliação) e com menor custo para passar da solução A para uma solução B previamente identificada (mudança ou progressão gradual)? Em que medida o projeto promove a coordenação intersetorial e intrasetorial sobre adaptação às mudanças climáticas, a integração sistemática do risco climático nos processos de tomada de decisão, planejamento e orçamento e o envolvimento das principais partes interessadas na elaboração de projetos de adaptação (incluindo no nível local)?</p>		

❶ Os riscos climáticos devem ser analisados usando a ferramenta de triagem de riscos climáticos da AFD. ❷ Os riscos climáticos físicos devem ser analisados durante a classificação das fichas de avaliação de riscos (FER). ❸ Financiamento não alocado = financiamento de balanço (equity, dívida) cujos critérios que desencadeiam o(s) desembolso(s) não estão relacionados a um investimento específico, mas a um Plano de Negócios ou a uma matriz de compromissos.

SOCIAL Dimensão VÍNCULO SOCIAL: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES E INCLUSÃO



Escala de classificação geral

Subcritérios de classificação

	- 2	- 1	0	+ 1	+ 2	+ 3
	O projeto agrava as desigualdades e os fenômenos de exclusão ou discriminação em relação a um ou mais grupos	O projeto apresenta um risco descontrolado de deterioração das condições de vida, acesso a serviços essenciais, oportunidades ou receita	O projeto não tem um efeito significativo no vínculo social (redução de desigualdades e inclusão)	O projeto melhora as condições de vida por meio de ações sobre o acesso a bens e serviços essenciais, oportunidades ou rendimentos, e foi objeto de um diálogo com a contraparte sobre a integração de populações desfavorecidas entre os beneficiários	Um dos efeitos esperados do projeto é contribuir para a redução das desigualdades multidimensionais e reforçar a inclusão (objetivo secundário)	Reduzir as desigualdades multidimensionais (com foco em 40% das rendas mais baixas, entre outras) e reforçar a inclusão são os principais objetivos do projeto (objetivo principal)
Redução de fatores de vulnerabilidade a tensões e conflitos (incluindo fatores sociais, econômicos, institucionais, climáticos, demográficos)	Agravamento de conflito ou tensões (tensões entre grupos, desigualdades no acesso a um serviço ou recurso, vulnerabilidade a choque, exclusão da vida política, social ou econômica etc.)	Deterioração da capacidade dos grupos sociais para resolverem suas tensões ou conflitos (desaparecimento de mecanismos de consulta, surgimento de sentimentos de injustiça, marginalização, discriminação no acesso a serviços ou recursos, rivalidades etc.)	Ausência de fator de vulnerabilidade a tensões e conflitos associado ao projeto	Esforço de fortalecimento dos conectores (atores, instituições, símbolos ou outros que facilitam a coexistência e o diálogo, que reúnem as partes em conflito)	Reforço da capacidade coletiva dos grupos sociais de gerir suas tensões e conflitos de forma pacífica, e de agir sobre o bem-estar das populações afetadas (acompanhamento psicossocial, mediação etc.)	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de mecanismos institucionais de estabilização sociopolítica; Reforço da capacidade coletiva dos grupos sociais de resolver suas tensões e conflitos de forma pacífica, com prioridade aos grupos sociais mais vulneráveis às tensões e conflitos (deslocados, refugiados, populações locais...)
Acesso justo, sustentável e eficaz a bens e serviços essenciais de qualidade e melhoria das condições de vida	Exclusão de um ou mais grupos, levando a uma deterioração das condições de vida do coletivo	Degradação das condições de acesso a bens e serviços essenciais (discriminação, alto custo, distância etc.)	Sem impacto no acesso a bens e serviços essenciais de qualidade	Melhorar o acesso ou a qualidade de bens e serviços essenciais e melhorar as condições de vida, com diálogo sobre a inclusão de populações desfavorecidas	Redução das desigualdades de acesso a bens e serviços essenciais (política tarifária, equilíbrio territorial, combate à discriminação de acesso, inclusão)	Redução estrutural das desigualdades de acesso a bens e serviços essenciais por meio de: <ul style="list-style-type: none"> capacidades reforçadas das instituições envolvidas para fornecer acesso justo aos bens e serviços envolvidos; foco nos beneficiários, em particular, os 40% das rendas mais baixas
Capacitação e oportunidades reais para um trabalho digno, sustentável e crescimento de receita	Exclusão de um ou mais grupos, acesso ao fortalecimento de capacidades e oportunidades econômicas (políticas públicas que estabelecem ou reforçam desigualdades sociais pré-existentes, discriminação no acesso a educação, emprego ou serviços financeiros)	<ul style="list-style-type: none"> Falta de eliminação de barreiras no acesso a treinamento, apoio à inclusão ou serviços financeiros, resultando em deterioração das oportunidades Deterioração das condições de trabalho 	Sem impacto nas capacidades e oportunidades de trabalho digno e crescimento de receita.	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria das condições de acesso às oportunidades econômicas (treinamento, apoio à inclusão, esforços intensivos de mão de obra, empreendedorismo, serviços financeiros, aumento da renda etc.), com diálogo sobre a integração das populações desfavorecidas Melhoria das condições de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> Redução das desigualdades no acesso a treinamento, apoio à inclusão, serviços financeiros Oportunidades reais para todos com foco em trabalho digno, sustentável e crescimento de receitas: networking, treinamento, desenvolvimento de conhecimentos, mecanismos de financiamento 	<ul style="list-style-type: none"> Medidas institucionais ou estruturantes que promovam o desenvolvimento do capital humano e social, e a redução das desigualdades de acesso a oportunidades de treinamento e de aumento de renda (inserção, empreendedorismo, serviços financeiros...). Direcionamento dos beneficiários, especialmente os 40% das rendas mais baixas
Políticas de redistribuição e bases de proteção social universal (doença, família, acidente de trabalho, aposentadoria e outros mecanismos de transferência condicionais e não condicionais)	Exclusão de um ou mais grupos de acesso a oportunidades de proteção social (políticas de redistribuição discriminatórias)	Fragilização dos mecanismos de solidariedade existentes, o que implica um aumento das desigualdades sociais no acesso aos rendimentos de transferências	Nenhum efeito em políticas de redistribuição ou sistemas de proteção social	Apoio a um mecanismo de cobertura de risco social (mecanismo de seguro/assistência), com diálogo sobre a integração de populações desfavorecidas	Estabelecimento ou reforço de sistemas de proteção social e redistribuição	Políticas nacionais de redistribuição e sistemas de proteção social que garantem o acesso aos rendimentos de transferência para os mais desfavorecidos, incluindo os 40% das rendas mais baixas.
Participação e inclusão na vida política e social (inovações sociais para jovens, grupos desfavorecidos, vínculos intergeracionais e interpopulacionais)	Exclusão de um ou mais grupos de dispositivos que contribuem para a vida política e social (barreira de acesso, proibição de participação etc.)	Fragilização dos mecanismos de inclusão na vida política e social (redução da participação na vida coletiva, degradação do sentimento de pertença para um ou mais grupos)	Sem efeito sobre a convivência	Surgimento de dinâmicas coletivas (iniciativas esportivas ou culturais participativas etc.), com um diálogo sobre a integração de populações desfavorecidas e jovens, promovendo a inclusão e a convivência	<ul style="list-style-type: none"> Reforço da convivência e inclusão, com base em iniciativas participativas (apoio à mídia, incubadoras urbanas, design participativo, mobilização da juventude etc.) Fortalecimento da tolerância e da autonomia dos jovens através do esporte Fortalecimento da coesão social através da cultura 	<p>Dinâmicas de inovação e transformação social, buscando um efeito estrutural, apoiando-se em abordagens participativas, envolvendo principalmente os jovens e os mais desfavorecidos (os 40% das rendas mais baixas, em particular).</p> <p>Para isso, mobiliza, quando relevante, as alavancas da mídia, do esporte, da cultura, dos vínculos intergeracionais e das interpopulações.</p>
Direitos humanos e combate à discriminação	Violação dos direitos humanos, agravamento da discriminação	Risco de violação dos direitos humanos, discriminação	Sem impacto sobre direitos humanos e discriminação	Fortalecimento das capacidades individuais dos titulares de direitos para fazer valer seus direitos e ações antidiscriminatórias	Integração da abordagem baseada nos direitos humanos em todas as fases do ciclo de projeto e fortalecimento das capacidades individuais e coletivas dos titulares de direitos e devedores de obrigações para exercer seus direitos e cumprir seus deveres, bem como ações estruturadas e acompanhadas contra a discriminação	Medidas institucionais que promovem o alinhamento das políticas públicas com as obrigações internacionais em matéria de direitos humanos e o desenvolvimento de mecanismos que permitam a eficácia das medidas tomadas, incluindo a luta contra a discriminação

GÊNERO Dimensão IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS



Escala de classificação geral

Subcritérios de classificação

	- 2	- 1	0	+ 1	+ 2	+ 3
	O projeto apresenta um risco significativo de agravamento da desigualdade entre mulheres e homens	O projeto apresenta uma oportunidade de reduzir as desigualdades entre mulheres e homens, sem que tenha sido iniciado um diálogo ou medidas, resultando na manutenção das desigualdades	Após análise e diálogo, o projeto não apresenta efeito significativo em relação à igualdade entre mulheres e homens	As necessidades e os interesses das mulheres e dos homens foram analisados e discutidos com a contraparte, resultando, se possível, em medidas pontuais	O objetivo secundário do projeto é contribuir para o fortalecimento das mulheres e reduzir as desigualdades entre mulheres e homens	O projeto tem como principal objetivo contribuir para o fortalecimento das mulheres e a redução estrutural das desigualdades entre mulheres e homens
Acesso justo, sustentável e eficaz a bens e serviços essenciais de qualidade e melhoria das condições de vida (saúde, saúde materna, saúde sexual e reprodutiva, educação, água, alimentação, energia, mobilidade, alojamento, cuidados infantis etc.)	Risco de aumento das desigualdades entre mulheres e homens no acesso a serviços e bens essenciais (especialmente no caso da expulsão de uma população predominantemente feminina)	Falta de consideração das necessidades de mulheres e homens em termos de acesso a serviços e bens essenciais na concepção (diálogo/medição) do projeto, levando à manutenção das desigualdades	Após análise, o projeto sobre igualdade de acesso entre mulheres e homens a serviços e bens essenciais	Consideração das necessidades e interesses diferenciados de mulheres e homens em relação ao acesso a serviços e bens essenciais E diálogo engajado com a contraparte, resultando, se possível, em medidas pontuais	Consideração das necessidades específicas das mulheres e dos homens para garantir o acesso efetivo aos serviços essenciais E medidas para eliminar os obstáculos ao acesso (gratuidade, redução de custos por meio de uma abordagem direcionada às mulheres, chefes de família, populações excluídas, autonomia, luta contra estereótipos de gênero)	O objetivo principal do projeto é reduzir as desigualdades de acesso a serviços e bens essenciais E eliminar as barreiras físicas, sociais e econômicas que impedem o acesso efetivo e de qualidade (incluindo a luta contra estereótipos de gênero e abordagem masculina)
Rumo à igualdade entre homens e mulheres em termos de capacidades, oportunidades e rendimentos formais (educação, empregos, empreendedorismo, serviços financeiros, fundiário...)	Risco de agravamento das desigualdades de educação, emprego, empreendedorismo e/ou controle de recursos econômicos	Falta de medidas/diálogo para melhorar a igualdade de acesso entre mulheres e homens à educação, emprego, empreendedorismo, renda, apesar das oportunidades potenciais	Após análise, o projeto não apresenta efeito em questões de igualdade de acesso a educação, emprego, empreendedorismo, aumento de renda ou controle de recursos	Diagnóstico de causas e diálogo bem-sucedido sobre: – educação, emprego, empreendedorismo, acesso a serviços financeiros; OU – acesso a recursos naturais (fundário) e econômicos que resultem, se possível, em medidas pontuais	Um dos efeitos significativos esperados do projeto é a redução das desigualdades de acesso à educação, emprego, empreendedorismo, serviços financeiros e recursos naturais (fundário) e econômicos (através da eliminação efetiva de barreiras, incluindo aquelas relacionadas a estereótipos de gênero)	O principal objetivo do projeto é reduzir as desigualdades de acesso à educação, emprego, empreendedorismo, serviços financeiros e recursos naturais (fundário) e econômicos. Implica um trabalho de combate aos estereótipos de gênero e uma abordagem pelas masculinidades
Respeito aos direitos, acesso à justiça; Combate à discriminação e à violência contra mulheres (incluindo sexual)	Risco de aumento das desigualdades entre mulheres e homens em relação ao acesso aos direitos, à justiça, à luta contra a discriminação e/ou à violência contra mulheres e meninas	Falta de diálogo ou medidas para reduzir a violência e melhorar os direitos	Após análise, o projeto não apresenta efeito em matéria de igualdade de acesso aos direitos e à justiça, combate à discriminação e/ou à violência contra mulheres e meninas	Diagnóstico de causas e diálogo bem-sucedido sobre igualdade de direitos, acesso à justiça, combate à discriminação e redução da violência contra mulheres e meninas, resultando, se possível, em medidas pontuais	Medida para melhorar efetivamente: – prevenção e redução de formas de violência contra mulheres; – combate ao assédio e à discriminação; – respeito aos direitos das mulheres e das meninas (combatendo estereótipos de gênero)	Implementação efetiva de mudanças institucionais e leis ou projetos com o objetivo principal de: – direitos das mulheres, seu acesso aos direitos e à justiça; – combate à violência contra mulheres e meninas; – combate à discriminação de gênero
Fortalecimento e liderança feminina em espaços de tomada de decisão	Risco de aumento das desigualdades entre mulheres e homens em relação ao fortalecimento e à liderança feminina, especialmente em funções de liderança na vida econômica, política, social e nos processos de paz	Na ausência de diálogo ou medida, manutenção das desigualdades entre mulheres e homens e sub-representação da liderança feminina, especialmente em funções de liderança na vida econômica, política, social e nos processos de paz	Após análise, o projeto não apresenta efeito em termos de fortalecimento e liderança feminina dentro dos espaços de decisão, sejam eles econômicos, políticos ou sociais	Diálogo bem-sucedido com a contraparte sobre o fortalecimento das mulheres e sua liderança nos espaços de decisão (econômicos, sociais, políticos ou relacionados ao processo de paz), resultando, se possível, em medidas pontuais	Fortalecimento das capacidades de gênero no setor por meio de: – aumento do poder de decisão das mulheres e sua participação nas decisões, inclusive nos processos de paz; – apoiar o fortalecimento e a liderança feminina; – combate aos estereótipos de gênero e abordagem pelas masculinidades	Apoio ao fortalecimento e à liderança das mulheres para a participação igualitária de mulheres e homens nos espaços de decisão econômica, política, social e nos processos de paz
Projeto e governança do projeto	Risco de exclusão dos processos de tomada de decisão, com base no gênero e/ou na distribuição de funções prevista no projeto, que pesa mais sobre as mulheres do que sobre os homens e em detrimento delas	Falta de participação de mulheres ou homens nos processos de tomada de decisão ou consultas públicas do projeto devido ao seu gênero	Após análise, o projeto não apresenta impacto em termos de participação feminina na concepção e governança interna do projeto	Identificação de restrições que limitam a participação das mulheres na tomada de decisões e na governança do projeto, resultando, sempre que possível, em ações pontuais	Envolvimento igualitário de mulheres e homens nas instâncias de decisão do projeto, garantias de participação efetiva, monitoramento específico para gênero (indicadores desagregados)	Envolvimento igualitário de mulheres e homens nos órgãos de decisão do projeto E inclusão de especialista de gênero nas estruturas de coordenação do projeto

ECONOMIA Dimensão ECONOMIA SUSTENTÁVEL E RESILIENTE, PENSADA COM AS PESSOAS E PARA O PLANETA



Escala de classificação geral

Subcritérios de classificação

	- 2	- 1	0	+ 1	+ 2	+ 3
	O projeto pode ter o efeito de enfraquecer a economia, promovendo um modelo de crescimento não sustentável e não resiliente	O projeto pode fragilizar a empresa/ entidade responsável pelo projeto ou promover a manutenção de modos de produção e consumo não sustentáveis	O projeto não tem impacto na sustentabilidade e/ou resiliência da economia	O projeto contribui para melhorar o desempenho social e/ou ambiental do modelo econômico (competitividade, criação de empregos dignos, eficiência no uso dos recursos)	O projeto contribui significativamente para uma transição para uma economia mais sustentável e resiliente, capaz de responder aos desafios futuros (demografia, esgotamento de recursos, clima etc.)	O projeto introduz mudanças estruturais nas trajetórias econômicas para garantir o desenvolvimento humano dentro dos limites ecológicos
Resiliência macroeconômica	Aumento significativo da vulnerabilidade da economia a choques (aumento do desequilíbrio da balança de pagamentos, risco de incapacidade de pagar dívidas, desastres naturais, mudanças climáticas)	<ul style="list-style-type: none"> - Risco de endividamento excessivo - Redução dos recursos próprios e das capacidades de autofinanciamento - Aumento significativo do foco da economia em um único setor 	Sem impacto na resiliência macroeconômica	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria das receitas de exportação - Melhoria da receita fiscal - Geração ou economia de moeda - Redução dos riscos de choques externos (preços, mudanças climáticas, saneamento etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria da balança de pagamentos e/ou diversificação do modelo econômico e/ou atenuação da vulnerabilidade a choques externos (diversidade econômica e mecanismos de garantia ou resposta a flutuações, mudanças climáticas, crise sanitária etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do investimento resiliente e sustentável na economia - Reforço estrutural da resiliência dos equilíbrios macroeconômicos às vulnerabilidades (choques externos, vulnerabilidades sociais)
Desenvolvimento territorial equilibrado	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento das desigualdades econômicas territoriais - Falta de coerência com as políticas nacionais de planejamento do território 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da concorrência econômica entre os territórios - Risco de perda da atração econômica dos territórios 	Sem efeito sobre o planejamento do território e a atração econômica	Reforço da atratividade econômica do território: implantação de empresas, infraestruturas, dinamismo das trocas, equipamentos, desenvolvimento de centros secundários etc.	<ul style="list-style-type: none"> - Melhor conexão de redes/infraestruturas/sistemas regionais e nacionais (gerenciamento, transporte, etc.) - Infraestrutura que promove um desenvolvimento econômico equilibrado dos territórios e leva em consideração as mudanças futuras - Integração econômica dentro das cadeias regionais e internacionais 	Investimento ou reforma que introduz mudanças estruturais para um planejamento e desenvolvimento mais equilibrados de territórios rurais, urbanos e periurbanos (planejamento, investimento, integração, processos de descentralização etc.)
Economia inclusiva	Exclusão das populações mais pobres da cadeia de valor (clientes, fornecedores, prestadores de serviços)	<ul style="list-style-type: none"> - Fragilização ou destruição não compensada do empreendimento local - Redistribuição desigual/opaca de valor agregado ou dividendos 	Sem impacto na economia inclusiva	Empresa local afetando uma população desfavorecida na cadeia de valor (como clientes, fornecedores ou distribuidores)	Empresa local que atinge uma população desfavorecida na cadeia de valor e fornece produtos/ serviços a preços acessíveis para essas populações	Empresa social ou "Social business", incluindo: <ol style="list-style-type: none"> 1) o principal objetivo da atividade é ter um forte impacto social nas populações pobres (40% das rendas mais baixas), 2) o modelo financeiro é sustentável e 3) a governança é democrática, respeita os princípios de RSA dos negócios sociais
Economia local	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades econômicas que comprometem o acesso das populações a recursos naturais/ culturais e seu uso para atividades geradoras de renda (esgotamento de recursos, destruição de ecossistemas etc.) - Destruição de empregos locais (incluindo fornecedores e subcontratados) - Violação dos direitos econômicos locais 	<ul style="list-style-type: none"> - Fragilização de um patrimônio ou recursos dos quais as populações dependem para suas atividades geradoras de renda ou para satisfazer suas necessidades básicas (alimentação, energia etc.) - Fragilização da economia local (falta de abertura à concorrência para empresas locais qualificadas etc.) 	Sem impacto na economia local	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de negócios geradores de receita - Criação de empregos locais temporários, manutenção de empregos sustentáveis ou criação de empregos marginais - Compra de materiais locais sustentáveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de atividades geradoras de receitas relacionadas à proteção de um patrimônio ou à exploração sustentável de recursos locais (artesanal, ecoturismo, medicina tradicional etc.) - Criação substancial de empregos sustentáveis locais e dignos (além do projeto) - Estruturação de filiais locais em circuitos curtos 	<ul style="list-style-type: none"> - Ação institucional que permita acordos coletivos/ certificações para uma melhoria das condições de emprego, produção e consumo locais (designação...) - Política nacional de compras sustentáveis (setores público e privado) - Implantação territorial de atividades de valorização dos patrimônios (inscrição em um plano de desenvolvimento local...) - Mecanismos/medidas de incentivo à criação de setores locais sustentáveis
Inovações e setores verdes	<ul style="list-style-type: none"> - Medida econômica (subsídio, imposto) ou política que seja contrária ao desenvolvimento de setores verdes ou que provoque um efeito de lock-in no desenvolvimento de modos de produção/consumo mais econômicos 	<ul style="list-style-type: none"> - Substâncias ou processos de produção ou transformação que conduzam à poluição e ao desperdício de recursos naturais ou que não incentivam o desenvolvimento de modos de produção/consumo mais econômicos - Perda de inovação (conhecimento e know-how, redução do financiamento de P&D etc.) 	Sem impacto nos setores verdes ou na inovação	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de tecnologias e processos "econômicos e eficientes" no projeto: <ul style="list-style-type: none"> - gestão eficiente de matérias-primas, água, energia; - réduction des pollutions/matières / substances chimiques utilisées dans le cycle ; - reutilização, reciclagem e valorização de resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> - Conversão/estruturação de setores adaptados aos desafios futuros: <ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento, transferência e disseminação de tecnologias e processos industriais limpos; - desenvolvimento de modelos de economia circular; - rede de atores econômicos, centros de competências para empresas verdes...; - inovações tecnológicas para uma melhor correspondência entre oferta e demanda (redes inteligentes, soluções digitais...); - economia do conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão do setor verde como uma prioridade estratégica de desenvolvimento econômico - Regulamentação de incentivos, precificação, tributação, investimento, normas e certificações favoráveis ao desenvolvimento de setores verdes ou modos de produção/consumo econômicos - Programa nacional de investimento em P&D, tecnologias e inovações ecológicas

GOVERNANÇA Dimensão SUSTENTABILIDADE DOS EFEITOS DO PROJETO E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



Escala de classificação geral

Subcritérios de classificação

	- 2	- 1	0	+ 1	+ 2	+ 3
	<p>O projeto não está em conformidade com o ambiente institucional (estrutura legislativa, normativa) OU está em contradição com um dos subcritérios de governança subcritérios de governança da AFD OU a montagem do projeto não leva em conta o papel regulatório do Estado</p>	<p>As deficiências na gestão do projeto não foram suficientemente abordadas no âmbito do projeto, colocando a sua sustentabilidade em risco OU apesar das medidas previstas, a análise do contexto não permite garantir a sustentabilidade do projeto</p>	<p>Após análise, a sustentabilidade dos efeitos do projeto não pode ser determinada: – nenhum efeito na estrutura de governança – ausência de dispositivo de monitoramento-avaliação, custos recorrentes, estratégia de saída</p>	<p>A sustentabilidade do impacto do projeto é levada em consideração na criação do projeto (recursos humanos, financiamento da gestão do projeto, ferramentas de monitoramento e avaliação, assistência técnica) e as partes interessadas são especificadas (órgãos de direção, comitê de monitoramento).</p>	<p>O projeto prevê efeitos duradouros no quadro institucional através dos modos de elaboração da decisão (consulta e participação), informação e transparência</p>	<p>O projeto prevê efeitos significativos em uma ou mais áreas estruturantes da governança (fiscalidade, Estado de direito, direitos humanos, participação cidadã, governança dos municípios etc.)</p>
Modo de procedimento, execução e comando (a ser avaliado sistematicamente)	<p>Processos de comando e execução do projeto desalinhados com o ambiente institucional ou não levando em consideração o papel de regulador da gestão do projeto</p>	<p>Medidas previstas no projeto e processos de decisão, comando e execução insuficientes para garantir a sustentabilidade do projeto (custos recorrentes não cobertos e dispositivo de manutenção ou conservação insuficiente, falta de inclusão dos recursos da gestão do projeto)</p>	<p>– Falta de diagnóstico* sobre as capacidades dos atores em matéria de comando e execução – Estratégia de saída não estabelecida (pós-apoio à gestão do projeto, viabilidade financeira do projeto)</p>	<p>Capacidade da gestão do projeto, existente ou reforçada pelo projeto, de assegurar a gestão e execução do projeto graças aos seus recursos humanos e financeiros internos (saldo financeiro mínimo), ao seu domínio dos procedimentos e ao seu posicionamento no campo institucional E exploração dos dados necessários à construção do projeto (situação de referência, estrutura lógica, indicadores)</p>	<p>Capacidade da gestão do projeto de assegurar a gestão e execução para a sustentabilidade do impacto do projeto após o seu encerramento (planejamento dos recursos humanos e financeiros da gestão do projeto após o encerramento, transferência de competências, saldo financeiro garantido).</p>	<p>Efeitos transformadores sobre o funcionamento da gestão do projeto: i) capacidade de controlar seus próprios projetos, programas ou políticas públicas; ii) capacidade de monitorar, avaliar, relatar; iii) melhoria do desempenho técnico da gestão do projeto no setor do projeto</p>
Informações e transparência	<p>Ausência de dados ou compartilhamento de dados comprometendo a permanência dos efeitos do projeto OU Montagem institucional suscetível de favorecer a ocultação de informações ao nível de um ou mais setores ou de manter a instabilidade institucional</p>	<p>Dados acessíveis insuficientes ou incompletos para o projeto e execução adequados</p>	<p>Falta de diagnóstico* sobre a disponibilidade de informações e transparência E/OU o projeto não propõe objetivos claros para fortalecer as modalidades de disponibilidade de informações e transparência, com base em uma situação de referência bem estabelecida</p>	<p>Disponibilidade e compartilhamento de dados relacionados à concepção e realização do projeto com as partes interessadas</p>	<p>Implementação de sistemas de informação (dados e inovações tecnológicas) que permitam a publicação de dados sobre a política pública em questão</p>	<p>Adoção de mecanismos (tecnológicos, humanos, financeiros, legislativos) visando a publicação de dados confiáveis e abrangentes, necessários para melhorar a informação dos cidadãos e a transparência da vida pública em nível nacional (dados, estatísticas, tecnologias, liberdade de informação e imprensa, governo digital etc.)</p>
Consulta e participação	<p>Exclusão de indivíduos ou grupos de indivíduos de um território, da tomada de decisões que afetem seus interesses e que possam criar conflitos (econômicos, sociais etc.) e crises</p>	<p>Ausência ou falta de consulta das partes interessadas (especialmente vulneráveis) durante a construção do projeto OU modalidades de consulta que promovam a manutenção das desigualdades</p>	<p>Consulta das partes interessadas do projeto sem seu envolvimento na concepção do projeto</p>	<p>Envolvimento das partes interessadas locais do projeto (projeto/realização/monitoramento) para garantir a sustentabilidade da ação planejada</p>	<p>Formalização de processos consultivos e participativos próprios da política pública em questão (grupos profissionais, intersetoriais, estruturação das organizações locais, monitoramento da mudança institucional, implementação de uma abordagem pelos municípios etc.) além do projeto</p>	<p>Implementação de processos consultivos e participativos nacionais e subnacionais (participação cidadã, diálogo social ou público/privado, relação administração/administrado etc.)</p>
Acesso à justiça e direitos efetivos	<p>Risco de violação de direitos humanos</p>	<p>Insuficiência das medidas para garantir a sustentabilidade do projeto, no nível: – estruturas legais e regulatórias; – acesso à justiça e aos direitos; – ausência de reformas legislativas ou regulatórias; – de proteção dos direitos humanos de pessoas vulneráveis</p>	<p>Nenhum diagnóstico* de direitos e justiça foi realizado</p>	<p>O projeto contribui para a adoção de normas legislativas, medidas regulatórias ou reformas temáticas para a proteção dos direitos humanos e prevê medidas para reforçar a profissionalização dos atores da justiça e dos profissionais do direito</p>	<p>O projeto prevê medidas: – promovendo uma melhor regulamentação e fortalecimento da organização e administração da justiça; – permitindo a melhoria da eficácia das normas em um ou mais setores do direito; – fortalecendo o acesso à justiça ou a aplicação efetiva de leis, reformas ou normas regulatórias nos níveis local, regional ou nacional</p>	<p>Acompanhamento de uma ou várias reformas que permitem modernizar e fortalecer: – acesso à justiça e eficácia do sistema jurídico, judiciário ou penitenciário em nível regional ou nacional; – proteção efetiva dos direitos humanos e das pessoas vulneráveis, dos direitos civis e políticos; – quadro de regulamentação das atividades econômicas ou de gestão de recursos naturais</p>
Governança financeira	<p>A montagem do projeto pode aumentar os riscos financeiros (lavagem de dinheiro, corrupção, endividamento público, favoritismo etc.) em um ou mais setores</p>	<p>A montagem do projeto não leva em conta as capacidades de gestão financeira da gestão do projeto e propõe um modo de funcionamento não conforme com os padrões orçamentários habituais</p>	<p>Nenhum diagnóstico* de governança financeira foi feito</p>	<p>Reforço das capacidades de gestão financeira da gestão do projeto e proposta de um circuito de desembolso compatível com os procedimentos orçamentários desta última</p>	<p>Reforço das capacidades de gestão das finanças públicas nacionais e proposta de um circuito de desembolso compatível com os procedimentos orçamentários da gestão do projeto (tipo conta de projeto)</p>	<p>Fortalecimento das capacidades de gestão das finanças públicas nacionais e proposta de um circuito de desembolso alinhado com os procedimentos orçamentários da gestão do projeto (através da conta única do Tesouro)</p>
Escalonamento	<p>Degradação dos processos institucionais existentes (por exemplo, equipe de projeto não envolvendo ou enfraquecendo as instituições locais)</p>	<p>Perturbação do ecossistema institucional local com um efeito de lock-in sobre um eventual escalonamento (por exemplo, sucessão de projetos piloto sem institucionalização ou escalonamento, ausência total de articulação entre o projeto e uma política pública bem estabelecida</p>	<p>Sem ambições de escalonamento</p>	<p>O projeto tem uma ambição de aumento de escala e medidas específicas foram planejadas (teoria da mudança, análise de freios e alavancas, monitoramento-avaliação e capitalização, fase piloto etc.)</p>	<p>Existem perspectivas para apoiar o processo de escalonamento a médio prazo (por exemplo, 2.ª fase do projeto, abordagem programática etc.)</p>	<p>O escalonamento é um objetivo principal do projeto e faz parte de uma estratégia/política ancorada localmente com compromissos técnicos (RH) e financeiros (orçamento nacional/local, financiamento plurianual de outro doador, transferência pelo setor privado etc.), permitindo assim considerar uma multiplicação dos impactos</p>

*Diagnóstico: dependendo dos projetos e MOAs, pode ser feedback e/ou referências.